

José Carlos reforça acusação contra Fiúza

CARLOS MOURA



José Carlos (E) detalha aos parlamentares da CPI o esquema de liberação das subvenções sociais

aqueelas pertencentes ao esquema João Alves, mesmo a maioria estando fora da Bahia. A maior parte se concentrava no Rio de Janeiro e fazia parte das emendas apresentadas pelo deputado Fábio Raunhetti.

O outro bilhete do ex-ministro Ricardo Fiúza, segundo José Carlos, foi escrito durante uma reunião com os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e João Alves e trata do atendimento às instituições tradicionalmente subvençionadas e em caráter de urgência. Neste caso, a fatia que coube ao deputado João Alves foi

de 13 bilhões de dólares e, ao próprio Ricardo Fiúza, sob a designação de indicações políticas, observados os trâmites legais, cinco bilhões. Os critérios, conforme o próprio ministro escreveu, seriam conceder o dinheiro para as mesmas entidades atendidas em 1991, com os mesmos valores, apenas corrigidos pela inflação. E, no final uma observação: "O mínimo para a Bahia".

Segundo o ex-diretor de Orçamento, esta observação era um blefe, uma vez que o Estado da Bahia foi um dos mais aquinhoados durante o ano de 1992. José

A CPI do Orçamento deverá ouvir novamente o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). A decisão será tomada pelo presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) após conhecer os motivos das subcomissões de Emendas, Subvenções Sociais e Patrimônio, que encaminharam o pedido. Os coordenadores das subcomissões querem esclarecer algumas dúvidas que ficaram no primeiro depoimento do ex-ministro da Ação Social e que foram ressaltadas ontem, durante três horas, pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos.

No depoimento, o economista garantiu aos parlamentares Garibaldi Alves (PMDB-RN), Lázaro Barbosa (PMDB-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Nelson Trad (PTB-MS) que existe um comprometimento muito grande de Fiúza com a liberação das verbas de subvenções sociais voltada para o esquema do deputado João Alves (sem partido-BA). De posse de dois bilhetes manuscritos por Ricardo Fiúza, o economista detalhou a forma de distribuição dos recursos. No primeiro, encaminhado para o secretário-executivo do Ministério, Maurício Vasconcelos, Fiúza determinava que 80 por cento das dotações orçamentárias provenientes das subvenções fossem priorizadas para as entidades tradicionais, um total equivalente a 80 bilhões de dólares e mandava o secretário combinar com o Dr. José Carlos.

José Carlos conseguiu contestar também através das relações das emendas acrescentadas no orçamento, depois de aprovado, que as entidades atendidas foram

Carlos ressaltou também que a reunião com os três deputados serviu para definir o uso político das subvenções orçamentárias em relação ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Para o coordenador da Subcomissão das Subvenções Sociais, Garibaldi Alves, o economista comprometeu e muito a situação do deputado Ricardo Fiúza ao esclarecer a ligação direta do ex-ministro com o esquema do deputado baiano João Alves. O senador garantiu que, pelo menos na Subcomissão das Subvenções Sociais, Ricardo Fiúza será ouvido novamente.